

Esboço à pergunta: como o marxismo pode explicar o fenômeno Bolsonaro?

Leonardo Sartoretto¹
Adair Humberto Simonato Júnior²
Leonardo Augusto Franco³

Introdução

Ao comentar sobre os africanos que fugiam da escravidão brasileira e constituíam quilombos de resistência, Oliveira Vianna afirmava com assombro: “*esses bandidos abundam*”, para logo em seguida constatar que, “*contra esses malfeitores*” e “*temerosos salteadores negros*”, Bartolomeu Bueno e suas hordas protetoras dos potentados coloniais se batiam honrosamente no *hinterland*, exibindo o troféu em seu retorno: “*3.900 pares de orelhas dos negros que destruiu*”.⁴ Contra esses “*inimigos da ordem pública*”, aos quais os “*selvagens [indígenas]*” também pertenciam, é que a autoridade benéfica se impunha no espírito próprio da democracia possível e desejável no caso brasileiro. Hoje, em 2022, quando servidores públicos como Bruno Araújo (FUNAI), brutalmente morto ao lado do jornalista britânico Dom Phillips por proteger terras indígenas contra caça e pesca ilegal, em Atalaia do Norte (AM), ou então da morte de Genivaldo de Jesus Santos, asfixiado por gás lacrimogênio, reproduzindo traços nazistas de assassinato, pela Polícia Rodoviária Federal em Umbaúba (SE), casos infelizmente apenas exemplares de acontecimentos (recentes ou não) do mesmo gênero que abundam, e com nenhuma consternação por parte do representante máximo do executivo, Jair Messias Bolsonaro, vemos nada mais que a repetição de umas das principais leis tendenciais da democracia burguesa brasileira, anunciada há 100 anos por aquele que é, possivelmente, o maior intelectual orgânico que essa classe autocrática já conheceu. Uma década mais tarde Azevedo Amaral, ideólogo também descarado, daria uma versão menos brutal, mas igualmente autocrática dessa legalidade ao expressar a necessidade de impor autoritariamente aos “*ameríndios*” e “*africanos*” o ritmo especial da cultura branca, que não significava outra coisa senão a civilização capitalista submetendo o saudosismo comunista dos aborígenes e a bondade simplória dos negros, ambos distantes do ideal de eficiência e produtividade da alma europeia.⁵

Fala-se aí de lei tendencial, porque segundo Lukács, na apreensão do ser social, deve-se observar a dialética existente entre o jogo contraditório das forças socioeconômicas de determinado momento histórico específico de desenvolvimento e suas legalidades, isto é, aquelas implicações determinadas que regem o complexo social particular.⁶ A tentativa de conhecer a realidade histórica jamais deve contrapor rigidamente estes dois elementos, pois quem fala de leis tendenciais, assentadas em seu

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UNESP de Marília. leonardosartoretto@hotmail.com.

² Mestre em Ciências Sociais pela UNESP de Marília. ajsimonato@yahoo.com.br.

³ Mestrando em Ciências Sociais pela UNESP de Marília. leonardo.franco@unesp.br.

⁴ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Editorial, 2010, p. 248.

⁵ AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 250.

⁶ LUKÁCS, Georg. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 84.

ser – precisamente - assim particular, fala de contratendências, ou seja, da possibilidade da intervenção humana, criadora e modificadora do rumo histórico. Numa unidade dialética confluem, portanto, as determinações históricas das necessidades universais concretas de toda formação econômica, e a subjetividade ideopolítica, que a depender dos interesses que se põe a representar, busca democratizar, forçando romper essas legalidades, ou então conservar, fazendo-as valer efetivamente.

Creemos que um passo importante para a efetiva compreensão do bolsonarismo reside em se por nesse diapasão interpretativo, uma vez que ele, como fenômeno social, necessariamente nasce do andamento da vida brasileira. Como é típico de nossa história, fatores externos também exercem importante influência enquanto quadrantes mais gerais, e, assim, o referido objeto de análise deve ser visto também, e mais concretamente, como parte articulada, movente e movida, de uma totalidade que reserva à luta classes e sua práxis o mecanismo de direção. Nesse sentido, este trabalho se orientará por uma apreciação sobre a burguesia brasileira que a entende como classe possuidora de uma faceta política autocrática, conforme designará mais tarde José Chásin⁷ incorporando as reflexões caiopradianas fundantes da particularidade brasileira.⁸ Existe aqui, portanto, uma burguesia inapetente socialmente. Isto significa que já partimos de um pressuposto sobre como entender o fenômeno Bolsonaro, que certamente não o é de tomá-lo como agente obscuro e ilógico, conforme faz a teoria clássica (e politicista) do populismo de Weffort, segundo a qual fenômenos sociais que tomam uma aparência personalista são necessariamente vagos e imprecisos, deixando de existir quando melhor compreendidos.⁹ Ao contrário, nossa abordagem parte da luta de classes e entende que o irracionalismo do qual Jair Bolsonaro é a expressão condensada, e no qual se assenta para governar nos marcos da democracia formal burguesa, só pode ser efetivamente compreendido em consonância com a modalidade específica dos conflitos sociais que as configurações do capitalismo brasileiro engendram, posta e reposta historicamente.

Daí também ser crucial compreender a natureza dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de 2002 até o impedimento da Presidenta Dilma em 2016. Embora heterogêneos e complexos, formam, quanto ao caráter de direção social, uma unidade, perfazendo um sentido político preciso. Isto é importante na medida em que o bolsonarismo configura-se como um processo reacionário, isto é, uma resposta ao estado de coisas criado anteriormente a ele. Este artigo intenta, pois, oferecer notas a um quadro que sabe-se imensamente mais complexo, que é o da busca em compreender as razões de grassar entre nós um presidente que nos leva à regressão colonial e à beira de novas modalidades de fascismo que estão à espreita no mundo.

Os limites do PT

⁷ CHÁSIN, José. *A miséria brasileira*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁹ WEFFORT, Francisco. O nacionalismo, o populismo e o que restou do legado político e econômico de Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & GRANZIERA, Rui Guilherme (org.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 166-167.

O Partido dos Trabalhadores chega ao governo federal em 2002 como órgão que expressa a “*decadência do fator subjetivo*” da classe operária, colocando-se “*tão inteiramente no terreno da democracia manipulada*” que seu discurso se tornara indistinguível do de um democrata-cristão, pois rejeitava não somente o socialismo, mas uma real democratização da vida social.¹⁰ Não é, pois, por acaso que enquanto análise de sua substância seja elencado como a variante tardia do parâmetro mundial e histórico: a social-democracia,¹¹ já que como governo promoveu uma tentativa, claramente inviável, de conciliação das classes fundamentais do capitalismo periférico.

Se algum dia houve um projeto socialista ou intenções de ruptura revolucionária, elas foram gradualmente sendo deixadas para trás, como atesta a história programática de sua consciência partidária. Ao ponto de, mediante uma “*inflexão moderada*”, o PT abandonar a representatividade do proletariado em suas demandas de classe para defender a concepção burguesa de “*cidadania*”, eminentemente afirmativa da ordem.¹² Contudo, não se deve explicar esse processo como simples traição das lideranças, uma vez que o fundamento dessa “*inflexão moderada*” estava na própria postura do núcleo da classe operária que seguia as derrotas das experiências socialistas e do fim da URSS. Nessa dialética onde a classe faz o partido e o partido molda a classe, o PT optou por não desempenhar suas funções de revivescer uma postura crítica e de negação radical nos trabalhadores e acabou por doar seu consentimento, aderindo à ordem.

Nesse quadro central de claro sentido burguês, aceitando a tarefa de prosseguir na implementação de políticas macroeconômicas de cunho neoliberal, o Partido dos Trabalhadores encontrou o espaço que necessitava para gerir políticas sociais para as classes trabalhadoras. Estas seriam sempre mínimas, pois jamais deixariam de se inserir em um projeto econômico que visava reproduzir ampliadamente a reprodução do capital. Surfando no boom de *commodities*, mesmo que possuísse o intuito de promover políticas de melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, “*o meio para alcançá-lo, o crescimento da economia transforma-se na prioridade de fato*”.¹³ Também neste fato o PT não escapava de um pertencimento social-democrata, pois invertia a lógica que havia se imposto inicialmente.

Elencando em largos traços, tivemos nos governos petistas, de 2002 a 2016, embora com certas oscilações, programas com forte cunho social dentre os quais se destaca o Bolsa Família, as Ações Afirmativas (sistema de cotas), Minha Casa, Minha Vida, o Mais Médicos (combate à carência de atendimento em periferias e municípios do interior), o Prouni e o Fies (acesso ao ensino superior). Todas essas iniciativas possuíam a marca da criação de condições mínimas para que amplos setores da população pudessem sair da extrema miséria, ofertavam oportunidade a que grupos discriminados racial ou socialmente pudessem frequentar uma universidade, pública ou

¹⁰ LUKÁCS, Georg. *Conversando com Lukács* (entrevistas a H. H. Holz et. al.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 80.

¹¹ DEO, Anderson. *O labirinto das ilusões: consolidação e crise da social-democracia tardia brasileira*. Curitiba: Appris, 2021.

¹² IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

¹³ IASI. *op. cit.* p. 545.

privada, e que contingentes consideráveis de baixa renda pudessem financiar a custos viáveis suas moradias.

Ora, de um ponto de vista político-global, ou seja, de direção social, estas políticas não configuram nenhuma alteração da relação das classes na hierarquia social, pois em nada alteram sua configuração estrutural. No máximo modificam o quadro que as classificações sociológicas elencam - algo problemáticas na medida em que centralizam a análise na extração de renda -, com um significativo encorpamento da chamada classe C e redução da E.¹⁴

Essa constatação fica ainda reforçada quando consideramos as alianças que sustentaram esse quadro. Mesmo sem podermos aprofundar aqui, precisamos ter claro que a sequência que vai da eleição de Lula em 2002 até o golpe de Estado da Presidenta Dilma em 2016 passa por fases distintas. Devemos pinçar daí dois elementos centrais. O primeiro deles é sobre a clivagem ainda em Lula no sentido da utilização dos mecanismos institucionais para estimular a economia, donde é simbólico a troca de Antonio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda, trazendo certa heterodoxia no receituário econômico neoliberal. Acontece aí então o aprofundamento de uma tendência existente já no início do primeiro mandato de Lula, quando o mesmo promovera a reforma da previdência (2003) para acalmar o mercado financeiro, causando ruptura em suas próprias bases de sustentação, levando quadros tradicionais do partido a fundar o PSOL. Nesse momento da troca ministerial (2006), o PT, especialmente em sua camada dirigente e burocrática, distancia-se cada vez mais de suas bases militantes, na figura do MST, diluindo do horizonte a reforma agrária, e dos sindicatos combativos. O PT tornara-se agora efetivamente um partido eleitoreiro. É aí que entram a ênfase nas políticas sociais e o Nordeste vira o reduto das intenções de voto de Lula.

O segundo momento de inflexão situa-se já no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2010-2014), quando é dito que ela teria dado “*passos*” à esquerda, confrontando o setor financeiro, buscando incrementar a industrialização e a distribuição de renda. É o período da “*nova matriz econômica*”, baseada em seus cinco pilares: juros baixos, crédito barato fornecido por bancos estatais, política fiscal expansionista, câmbio desvalorizado e aumento de tarifas de importação para fomentar a indústria nacional. Esse movimento era claramente consciente por parte de Mantega que afirmava que “*os caminhos da rentabilidade*” deveriam se apoiar na “*atividade produtiva*” e não mais na rentabilidade, pois “*a era do ganho fácil e sem risco ficou para trás, apesar do choro e ranger dos dentes dos poucos que se beneficiavam dessa situação*”.¹⁵ Ao lado desse aberto enfrentamento do mercado, Dilma decide também

¹⁴ SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁵ MARCELINO, Fernando. Os sentidos do Dilmismo: um debate com André Singer. *Revista História e Luta de Classes*, ano 12, n. 22, set. 2016, p. 75. Aqui não lançaremos mão dos conceitos de “Lulismo” nem de “Dilmismo”, que são expressões de uma concepção particular no interior do marxismo, “primas” do conceito de “populismo” do qual somos críticos por entendermos aí uma filiação ao tipo ideal weberiano. O mesmo vale para a abordagem “neodesenvolvimentista” de Armando Boito Jr. No entanto suas obras são referências importantes para entender a dinâmica política das franjas burguesas,

realizar algumas “*limpezas*”, causando a ruptura com certas alas do partido de seu vice-presidente, Michel Temer (PMDB). Dentre essas mudanças cabe destacar a retirada de nomes importantes como Eduardo Cunha da diretoria das gigantes estatais (Furnas, Eletrobrás e Petrobrás), instituições que envolviam montantes colossais em seu orçamento, e a troca de líderes do Senado e da Câmara por representantes ou minoritários do próprio PT ou considerados independentes do PMDB. O sintomático é que essas mudanças iriam no exato sentido de desmontar o sistema de alianças constituído historicamente por Lula, ou seja, Dilma perdia a base parlamentar para governar.¹⁶

Em linhas gerais, temos aí os elementos que formam a gênese do processo de reação ao programa petista, que vão ganhar consistência quando um outro aspecto explode no colo da presidência Dilma. Trata-se da ressonância da crise mundial de 2008, que, nos anos finais do seu segundo mandato, Lula não teria conseguido reconhecer para além de uma “marolinha”.

Crise, metabolismo escravista e reação “selvagem”

Como coloca Corsi, a crise de 2008 quando chega ao Brasil, mediada por políticas de expansão do crédito por estatais, configura mais um desaceleramento, tendendo para a estagnação, do que propriamente uma crise aberta.¹⁷ Nesse cenário tanto mais importará a subjetividade da burguesia em suas várias frações coligadas mais ou menos organicamente. Não que a crise internacional não colocasse aqui também as suas determinações centrais, pois de fato o fez na diminuição das exportações à economia chinesa, que desacelerava, na baixa taxa de investimento das empresas multinacionais que preferiam retornar às matrizes seus lucros para cobrir as perdas com os efeitos da crise, e na sempre presente queda da taxa de lucro, que via a produtividade média anual do trabalho brasileiro cair, não tendo condições de repassar aos preços para enfrentar a competição dos produtos importados, diante do acirramento da concorrência global.

Um pleito ganho de forma acirradíssima, os ataques da operação Lava Jato, (março de 2014), e outras tantas posições agressivas da mídia (como no vazamento do áudio entre Lula e Dilma), já demonstravam a força que a burguesia, novamente aderindo ao conservadorismo, alinhando-se à crise mundial, incorporava. Dilma Rousseff, então, cede e abandona a política que estruturara suas campanhas, voltada para o crescimento e distribuição de renda, e adota a exata política de seus oponentes derrotados nas urnas: austeridade e cortes nos direitos trabalhistas e sociais. Aderindo não só ao receituário da oposição, mas ao próprio prescriptor, Joaquim Levy no Ministério da Fazenda faz o que manda o manual liberal de combate à crise: aprofundar a própria crise. Reproduzia-se, assim, em Dilma, num nível ainda mais elevado, a mesma decadência da subjetividade que o PT demonstrara em 2002 com relação à sua história: ao invés de lutar pela dialética entre partido e classe para moldar nesta

bem como das relações de força dos governos petistas. BOITO JÚNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

¹⁶ SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 65-66.

¹⁷ CORSI, Francisco Luís. Da recessão à frágil recuperação: uma análise da política econômica (2015-2018). *Perspectivas: revista de ciências sociais*, v. 52, jul/dez. 2018, p. 33.

novamente uma consciência crítica, cedia ao derrotismo. Para sermos justos é preciso dizer que as contradições esmagavam a presidenta. O contexto não era o mesmo de Lula em 2004 onde o vigoroso crescimento da economia mundial absorvia em peso as exportações brasileiras. Uma vez que os canais de politização dos programas sociais eram débeis ou sequer haviam sido abertos, tornava-se claro o prejuízo: “o PT, é de se insistir, deixou de lado a educação/organização das massas. Os relativamente bons resultados econômicos e as políticas de assistência social criaram uma ilusão, que foi arma frágil para resistir à ofensiva do capital com a crise”.¹⁸

Nestes momentos de crise estrutural, “rastejante”,¹⁹ as leis tendenciais de uma formação social particular, assim como de um específico modo de produção, são expressivamente reforçadas. Também aqui não se quer dizer que a subjetividade esteja de forma alguma eliminada. A depender dos trabalhos de militância e engajamento de base, as contradições tendem a se acirrar e forjam-se situações de ruptura revolucionária ou podem mesmo gestar guerras civis. Evidentemente não era o caso do PT.

Optando já em sua estreia na presidência por governar em prol de políticas minimamente progressistas, o PT se situou dentro dos marcos da inviolabilidade dos direitos individuais e do propalado discurso distributivista e assistencialista de “justiça social”, bem teorizados pelas regras do jogo e pelas teorias da justiça burguesa,²⁰ como ficou ilustrado na “Carta ao povo brasileiro”, em realidade de aceno ao mercado financeiro, acalmando-o. Portanto, é constatável que no horizonte concreto de governo do PT nunca houve a perspectiva efetiva de emancipação do trabalho.

Mas esse é o busfils da questão que precisa ser investigado com atenção, lembrando que a realidade burguesa é caracterizada exatamente pela sua opacidade, sendo preciso que o pesquisador lance mão do “detour” dialético para extrair dela sua essência.²¹ A resposta à pergunta central que deve ser feita, lembrando que a própria formulação da pergunta já delinea horizontes maiores ou menores para a ciência, encontra-se esboçada acima. A indagação para ser mais precisa deve, portanto, procurar descobrir que tipo de progresso existiu anteriormente para que a burguesia brasileira, da qual Bolsonaro é a expressão condensada de um momento histórico específico, reagisse desta forma?

Ora, a trava mestra do metabolismo que a via de entificação do capitalismo brasileiro gerou, de corte escravista e prussiano-colonial,²² impede que a burguesia brasileira generalize mesmo requisitos burgueses como a cidadania, desdobrando na ausência possível de um dos elementos constitutivos centrais da burguesia histórica: seu universalizante político, isto é, a capacidade de, como classe dominante, se ver e assumir

¹⁸ DEL ROIO, Marcos. A terceira fase do neoliberalismo. *Marxismo 21*. Dossiê o governo Bolsonaro e perspectivas de esquerda. dez. 2019.

¹⁹ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 796.

²⁰ DEO, *op. cit.*

²¹ KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 36.

²² MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

a particularidade mesquinha de seus interesses como representativa da sociedade em seu conjunto. Daí a dialética histórica entre leis tendenciais e intervenção da subjetividade humana no fazer-se da história dos homens, onde o PT efetivamente tentou avançar nesse sentido sem se atentar para os limites estruturais metabólicos brasileiros e sem querer ver a inapetência da burguesia brasileira para incorporar efetivamente como elemento cívico grupos sociais fadados a serem os pilares subalternos de um capitalismo da face autocrática.

Por mais que não se possa designar como práxis criadora autêntica e revolucionária o avanço das políticas sociais mínimas, por mais que não toquem efetivamente na estrutura das classes, é negável que os mandatos do PT fizeram história. Foram, assim, suficientes em seus poucos avanços para que, estourada a crise mundial, arrefecida a economia internacional e refletidos seus efeitos aqui, não importa com que intensidade, fosse requisitado aquilo que Sartoretto designa como uma “*pseudo-espécie tupiniquim*” de reação fascista, conforme o fascismo havia sido também uma reação aos levantes comunistas de 1917-1920 na Europa pós Grande Guerra.²³ Trata-se de um processo gestado dentro da crise orgânica estrutural do capital, de onde a crise de 2008 aparece como momento particular, isto é, uma reação no interior mesmo das distintas fases neoliberais que se sucedem no Brasil, de seu implante (de Sarney ao último FHC), da consolidação com os distintos governos petistas, e da ressonância interna tardia do avanço imperialista, no rol da crise mundial, contra os povos do Oriente Médio, Norte da África, da Europa oriental e da América Latina (golpe de 2016).²⁴

Não se trata de dizer que o Governo de Jair Messias Bolsonaro é fascista ou que estaríamos vivendo em um regime fascista, embora sejam notórios seus traços fascistizantes. A comparação residiria em que a social-democracia anômala brasileira se mostrou o suficiente histórico para demandar, mediante semelhante mecanismo de luta de classes, um representante político de igual talhe bárbaro. A unir esses dois processos estaria o fato de que, diferentemente de circunstâncias “normais”, onde a burguesia escolhe suas lideranças dentro de sua classe (pensemos aqui em Aécio Neves, José Serra e Geraldo Alckmin), sob condições “*de crise excepcional*”, as camadas “*déclassés de todas as classes sociais, mas especialmente da pequena burguesia, lançam um grande número de caracteres desesperados com o propósito de ‘resolver os problemas da nação’, indiferente ao custo em termos humanos*”.²⁵ E conforme finaliza Ernest Mandel, “*Trotsky caracterizou de forma competente os aventureiros deste tipo como wildgewordene Kleinbürger – ‘pequeno burguês tornado selvagem*’”.²⁶

Qualquer semelhança aí com o fato de Bolsonaro ser uma espécie de *persona non grata* até mesmo no interior do exército, à época em que fora oficial acusado de planejar um atentado à bomba, julgado até mesmo por Ernesto Geisel como um “*mau militar*” (*déclassés*), nada tem de acaso, e pode ajudar a responder o assombro daqueles

²³ SARTORETTO, Leonardo. *Razão autocrática: ideologia e direção política na progressividade da autocracia burguesa brasileira (1930-1945)*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Marília: UNESP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/234431>.

²⁴ DEL ROIO, *op. cit.*

²⁵ MANDEL, Ernest. Classes e personalidades na Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, O. (org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995. p. 63.

²⁶ MANDEL, *op. cit.*

que perguntam “*como um oficial tão mal avaliado pela instituição conseguiu, 30 anos depois, obter o apoio importante de parte da oficialidade na campanha à Presidência e no seu governo*”.²⁷

Parece-nos razoável lembrar como, “*indiferente ao custo em termos humanos*”, Bolsonaro veiculava, já em 1999, a necessidade de guerra civil e tortura, “*matando uns 30 mil, começando com FHC*” (que, significativamente, ajuda a germinar governos de corte social-democrata ao instaurar, antes mesmo dos governos do PT, políticas de combate à miséria, nos moldes pregados pela Organização Mundial do Comércio), ressaltando que “*se vai morrer alguns inocentes, tudo bem*”.²⁸ Portanto, podemos reafirmar que “*como desdobramento da gênese que foi o golpe na Presidente Dilma Roussef em 2016*”, golpe de tipo jurídico-parlamentar, a eleição de Bolsonaro, em sua selvageria socialmente determinada pelo metabolismo autocrático da democracia burguesa brasileira, “*está para o governo social-democrata do Partido dos Trabalhadores, como os fascismos estão para a ascensão da vaga revolucionária que conduziu o grupo bolchevique à revolução vitoriosa de 1917*”.²⁹ E isto revela também um outro elemento fundamental para entender o fenômeno Bolsonaro, pois na base dele reside a exigência material de reversibilidade dessas políticas social-democratas tardias.

Irracionalismo

Em livro de combate ideológico, Georg Lukács já apontava que “*irracionalismo e hostilidade ao progresso são, portanto, inseparáveis: juntos, formam a apologia ideológica eficaz do atraso social e político*”,³⁰ valendo para Alemanha, para a Itália e para qualquer país capitalista do mundo. Sua correção inscreve-se tanto mais para o Brasil porque possui em sua história a tradição de atribuir o andamento histórico a personalismos, assim seria com Dom Pedro I emancipando o Brasil, Dom Pedro II mantendo unificada a nação sob sua figura, a Princesa Isabel alforriando os escravos, Vargas o pai e protetor dos pobres, até a figura de Bolsonaro, mito e messias capaz de salvar a nação do perigo do comunismo petista. Essa percepção equivocada não ocorre porque no Brasil o tempo passe mais devagar que nas outras formações sociais, mas sim porque as estruturais socioeconômicas aqui é que se alteram mais lentamente,³¹ pois

²⁷ VALENTE, Rubens. “Há 33 anos, a palavra oficial do Exército sobre Bolsonaro”. *Portal UOL*, 25/2/2021.

²⁸ BITTENCOURT, Julinho. “BOLSONARO já defendeu a tortura e o fuzilamento de FHC. Veja o vídeo”. *Revista Fórum*, 10/10/2017.

²⁹ SARTORETTO, *op. cit.* p. 344. Vale apontar que o fascismo não deve ser tomado unicamente como reação ao comunismo. Outras determinações materiais, de passagem ao estágio imperialista das transformações monopolistas de capitalismo tardios (Itália, Alemanha e Japão), devem ser indicadas: POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura: a III internacional face ao fascismo*. Porto Portucalense, 1972. 2 vols. Também seu caráter de massas precisa ser explicado: TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

³⁰ LUKÁCS, Georg. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020, p. 60.

³¹ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 13.

são, em grande medida, as mesmas da época colonial: latifúndio, concentração do poder, gigantesca hierarquia social, dependência econômica, etc.

Em termos de vidas humanas, nenhuma ação do presidente Bolsonaro, eleito em 2018 (PSL), orientado por seu Estado-maior de “qualificados” conselheiros (seus filhos), pode ser considerada como fomentadora maior do irracionalismo do que defender a chamada “imunidade de rebanho” como política pública de combate à pandemia do COVID 19. Além de não servir como instrumento eficaz contra a propagação do coronavírus, sua ação de incentivar as pessoas a saírem sem máscara de modo a pegarem propositalmente o vírus para supostamente anteciparem a resistência (para não discutirmos aqui os escândalos de corrupção na compra, tardia, de vacinas), contribuiu para que o número de mortes no país, ainda em contagem, beirasse os 700.000, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, país líder do negacionismo.³²

No período inicial de seu governo era ponto comum observar defensores da ciência consternados, exclamando sua incredulidade diante do fato, sem conseguirem encontrar explicações que justificassem tamanho descompromisso com a segurança da existência humana. Mais ainda: ficavam perplexos quando os séquitos de Bolsonaro, acompanhando seu Guru, Olavo de Carvalho, passavam a veicular noções absurdas em congressos terraplanistas, ou quando ressonavam piadas do presidente, transformadas em ameaças antivax (movimento anti-vacina) que estipulava a conversão em animal (jacaré) de quem tomasse a vacina, mais tarde modificada para a implantação de chips de controle, ou ainda as infinitas *Fake News* divulgadas estrategicamente para politizar a população nos interesses mais reacionários. Não desejamos assustar ainda mais esses setores chocados com tais fenômenos empiricamente constatáveis, porém teremos que dizer que aí está apenas a ponta do iceberg.

Ao fazerem referência àquelas palavras consternadas, veiculando-as de maneiras soltas, o discurso ordinário demonstra perceber o fenômeno, mas não consegue captar suas razões explicativas, deslizando, assim, para interpretações moralistas ou que atribuem a sentimentos maléficos individuais ou deturpações psicológicas, desviando a análise do que realmente importa: os interesses que estes tipos de ações correspondem. Para desmistificar a pecha muito difundida de um Bolsonaro alienado mentalmente, insano, a luta antimanicomial em prol da reforma psiquiátrica, uma dentre tantas que tem sofrido vezes no governo atual, muito tem contribuído.³³ Essa constatação nos é útil pois começa a indicar que o próprio irracionalismo enquanto ideologia não é algo homogêneo, mas diverso, manifestando-se de distintas formas que vão desde a análise clássica de Lukács sobre o confronto entre a intuição de Schelling e o entendimento em Hegel, (o combate da razão iluminista contra o misticismo teológico)

³² Sobre estes termos técnicos da microbiologia baseamo-nos aqui nas pesquisas especializadas do doutor e pesquisador brasileiro Átala Iamarino, que também é famoso pelo seu trabalho de divulgação científica por meio de suas mídias sociais.

³³ AGUIAR, Laurem. Bolsonaro não é louco! Jan. 2019. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniaio/2019/01/bolsonaro-nao-e-louco-por-laurem-aguiar/>. Acesso 19 jun. 2022.

até a ligação umbilical que une frutos geneticamente não coetâneos como o fascismo alemão e o pós-modernismo.³⁴

No entanto, como em toda análise concreta, é preciso discernir a especificidade, ou seja, quando o irracionalismo de fenômeno que aparece com aspectos e traços que se verificam em vários pensadores, de Weber a Habermas, torna-se efetivamente a ideologia, isto é, assume a direção ideopolítica das forças reacionárias em partidos, instituições e organizações assentadas em situações de efetivo poder. Tal foi o caso da Alemanha nazista, assim como parece ser o caso de Trump e Bolsonaro. É claro que a frase-programa de Temer “*não pense em crise, TRABALHE*” já contém elementos irracionalistas, pregando certa desconsideração da realidade concreta. Mas não é este ainda o seu elemento específico, isto é, a impossibilidade de aceitar as conexões da sociedade, descartando que exista uma racionalidade geral no mundo, e se refugiando unicamente na crença de verdades interiores. Cremos, assim, que o irracionalismo se apresentará de forma madura e bem acabada apenas com Bolsonaro.³⁵

Lembra Lucas Andreto que Bolsonaro-Messias-salvador-da-pátria é uma espécie de mito maior de vários outros mitos menores (ditadura militar honesta e salvadora, “gramscismo cultural”, “URSAL”, etc.), que chegam a verdadeiros absurdos se relacionados à realidade dos fatos.³⁶ Mas como essência própria do irracionalismo não há problema nenhum nisso, desde que lembremos a função da ideologia, que é de produzir “*estímulos efetivamente mobilizadores, direcionados às ações socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais*”.³⁷ Daí estes indicadores teórico-práticos produzidos pelo bolsonarismo portarem a função de legitimar golpes reacionários, cancelar verbas para instituições de pesquisa, combater agentes onde ainda exista a resistência do pensamento democrático, da liberdade de expressão e da autonomia intelectual como as universidades e professores e abrir espaços que demandem a intervenção do imperialismo dos Estados Unidos na América Latina.

Outro ponto interessante que deve ser lembrado diz respeito aos discursos de ódio que, a partir das manifestações de 2013, passam a ser endereçados aos setores populares. Se pegarmos a chave de leitura que nos oferece Jean Paul Sartre podemos ter uma perspectiva para ler os modos pelos quais a luta de classes é veiculada pelo âmbito da moral:

³⁴ BELLI, Rodrigo Bischoff. O irracionalismo como ideologia do capital: análise de suas expressões ideológicas fascista e pós-modernista. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151727>.

³⁵ Alertamos para o equívoco em identificar, pura e simplesmente, irracionalismo com decadência ideológica da burguesia, que é um processo mais amplo e que o engloba. Esta, de fato, tende para aquele quando levado às últimas consequências, mas conhece também várias fases anteriores e formas de uma razão que se corrói aos poucos, a depender do momento histórico e dos interesses concretos da burguesia que corresponde.

³⁶ ANDRETO, Lucas. O irracionalismo como ideologia do capital e o caso brasileiro. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2022/01/11/o-irracionalismo-como-ideologia-do-capital-e-o-caso-brasileiro/>. Acesso em 13 jun. 2022.

³⁷ MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 66.

Sem cair no maniqueísmo, deve-se exaltar a intransigência. No extremo, toda posição de esquerda – na medida em que é contrária ao que pretendem inculcar a sociedade – é considerada “escandalosa”. Isso não quer dizer que se deva buscar o escândalo – isso seria absurdo e ineficaz – mas sim que não se deve temê-lo: se a posição tomada for correta, ele virá como efeito colateral, como um signo, como uma sanção natural contra uma atitude de esquerda.³⁸

Ora, representa-se também aí a posição correspondente aos interesses da burguesia brasileira de aceitar sequer a possibilidade de que setores jovens da população pobre frequentem shopping centers (criminalização dos “rolezinhos”), ou aeroportos usufruindo de voos internacionais (que se expressa nas falas sinceras, porque espontâneas, do Ministro Paulo Guedes de que filha de empregada não pode viajar para a Disney) e de que indivíduos como o próprio Lula, de origem nordestina e operária (ou uma mulher, no caso de Dilma), cheguem ao cargo máximo do país (“Petalha”, “Luladrão”). Eis o corpo central dessa “atitude” social-democrata tardia tornada “escandalosa” pelas sanções morais autocráticas.

Dentre esses espaços tradicionalmente reservados à burguesia também o acesso às instituições de ensino de ponta, a possibilidade de financiar carro e casa própria, quando alcançados por pobres, indígenas, negros e deficientes são “ofensas” mortais aos que se consideram escol na sociedade brasileira. A leitura do processo golpista por esse viés pode explicar também a adesão de elementos da pequena burguesia, em especial segmentos urbanos, ao bolsonarismo. Perdendo seus lugares de reprodução de classe para os beneficiados com o sistema de cotas nas universidades públicas, compreendem-se advogados, engenheiros, médicos e outros destilarem todo seu ódio PT. Aqui, contudo, entra um agravante em demérito da própria capacidade política das forças sociais em torno da resistência ao golpe. Não sabendo captar o descontentamento destes segmentos médios, setores que Marx já designava como vacilantes na tomada de posição política,³⁹ frente à ausência de políticas específicas que os beneficiassem, intelectuais se põem a tarefa de demonizá-los. Basta lembrar da famosa fala da filósofa Marilena Chauí, onde aparecia fisicamente ao lado de Lula, e que ficou marcada pela sua exaltação nos minutos finais afirmando “*eu odeio a classe média*”.⁴⁰

Significativamente, também aqui existe semelhança com a ojeriza dispensada às camadas intermediárias, principalmente na figura de ex-combatentes da Grande Guerra e de pequenos proprietários que perdiam suas terras no processo de concentração e monopólio, pelos partidos socialistas alemão e italiano. Movidos pelo preconceito sectário, ao negar acolhida ao descontentamento dessas forças políticas, permitiam que a pequena burguesia fosse ganha pelos fascismos, incrementando seu caráter de massas.⁴¹

³⁸ Devemos o conhecimento da passagem ao livro do filósofo húngaro MÉSZÁROS, István. *A obra de Sartre: em busca de liberdade*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 17.

³⁹ MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁴⁰ Intervenção disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fdDCBC4DwDg>. Acesso em: 27 jun. 2022.

⁴¹ GRAMSCI, Antonio. A situação italiana e as tarefas do PCI. In: *Escritos políticos*. Lisboa: Seara Nova, 1978, v. 4. p. 210.

Como fenômeno generalizado do governo Bolsonaro, a homologia entre irrazão e reação ao progresso social pode ser demonstrada ainda resgatando as reflexões de Hegel que apontam a resposta conservadora que lança mão da celebração do sentimento e do saber entendido apenas como imediatidade contra o páthos esclarecido da razão utilizada pela burguesia ao tempo da Revolução Francesa. Segundo Losurdo, o iluminismo francês teria acertado ao suprimir o catolicismo da política, na medida em que representava o instrumento ideológico por excelência pelo qual a reação feudal procurava atuar. Canal muito semelhante tem sido usado pelo Bolsonarismo não apenas pelo seu chavão emotivo de *“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”*, e pelo apoio de diversas instituições religiosas como os neopentecostais, capitaneados pelo horripilante pastor Silas Malafaia, para o qual a pandemia seria uma farsa, mas fundamentalmente porque a aparência dos fenômenos tem sido a ferramenta que a reação bolsonarista tem se utilizado para explicar, em verdade mistificar, a vida social. Nisso chegamos ao ponto de ouvir que o nazismo foi um regime político de esquerda, apenas por ter socialismo em sua nomenclatura. Ou, para ficar em exemplo que apenas superficialmente pode ser considerado cômico, temos um indivíduo como Olavo de Carvalho que, autointitulando-se “filósofo”, é capaz de se pronunciar publicamente nestes termos: *“algum sábio, cujo nome me escapa, lançou esta dúvida: se peido atravessa cueca e calça, como é que o vírus não vai atravessar a porra da máscara?”*.⁴² Numa frase lapidar que parece ter sido escrita exatamente para analisar o “astrólogo”, mas que em verdade porta essa capacidade universal por ir à raiz dos fatos, concebendo-os nas suas complexas mediações com as classes sociais, Losurdo arremata sua inquirição da dialética hegeliana: *“portanto, a celebração do saber imediato, reduzindo o saber, segundo a denúncia já vista da Fenomenologia, à ‘esotérica posse de alguns indivíduos’, reintroduz a classe dos profanos na ciência e na vida política”*.⁴³

Considerações finais

Procurar entender as razões do surgimento de um fenômeno como Bolsonaro, que não estava dado em 2011, 2013 ou 2016, mas que é resultado de todos os processos elencados acima, é investigar as dinâmicas que metabolizam a particularidade da democracia brasileira. Personificado em uma variante do “pequeno burguês tornado selvagem”, Bolsonaro expressa as negações feitas pela burguesia a um projeto de teor minimamente social burguês, isto é, não de uma democracia social, mas de uma social-democracia tardia. Como se depreende da exposição, Bolsonaro é o alinhamento perfeito à decorrência dos efeitos da crise mundial na economia brasileira de sentido historicamente colonial, que tem seus lucros duplamente esmagados, e costura com maestria o irracionalismo como coroamento necessário para que a reação assombrosa

⁴² MINHO, Raphael, “Olavo de Carvalho compara ‘peido a Coronavírus ao criticar uso de máscara’”. Bahia. 04 de junho de 2020. Disponível em: <https://bahia.ba/covid19/olavo-de-carvalho-compara-peido-a-covid-19-ao-criticar-uso-de-mascara/>.

⁴³ LOSURDO, Domenico. O intelectual, a propriedade e a questão social. In: *Hegel, Marx e a tradição liberal*. liberdade, igualdade, Estado. São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 199.

imposta sobre as classes subalternas seja maquiada, negando seus nexos concretos e induzindo o pensamento sentimental e intuitivo das massas. No mesmo sentido, seu governo foi inteiro perpassado por crises institucionais, onde a cada deslize que cometia, vendo seu poder fugir para o parlamento, ele agia ignorando a ausência de condições (reforçada pelo fracasso de pontos de apoio internacionais como Macri e Trump) e optava, em seu enfraquecimento, por lutar pela concentração do poder em si, cercandose de militares.

A não compreensão de que Bolsonaro expressa exatamente as leis tendenciais da formação social brasileira, reagindo às tentativas da subjetividade política de avançar minimamente no progresso social, faz com que muitas esperanças sejam depositadas ainda na legalidade institucional (repisada após a vitória precária em 2014, repetida na crença da soltura de Lula para as eleições de 2018, postergando nova chapa), esquecendo que foi ela mesma que criou as condições para a vitória de Bolsonaro. Esquece-se também, ou opta-se pela omissão, em claro alinhamento a certos interesses, que parte fundamental dos detentores da ordem querem uma saída do tipo “bolsonarismo sem Bolsonaro” (vide as CPIs sem qualquer resultado concreto), pois entendem a extrema destrutividade que ele representa para o próprio capitalismo, também eles querendo domar o indomável.

Apostar em saídas antigas, onde as massas populares não estejam centralmente inseridas - caminho abandonado pelo PT -, é se por novamente no círculo vicioso das necessidades de acumulação do capitalismo brasileiro, excludente e autocrático. E o caminho a ser trilhado demanda um progresso bem maior que a social-democracia pode gestar no Brasil, para que o irracionalismo não encontre mediações institucionais para se impor. Embora a estratégia social-democrata/neoliberal do PT tenha sido derrotada, abalando a hegemonia da ordem, favorecendo novamente lutas sociais, a perspectiva de que a chapa Lula-Alckmin, vitoriosa, seja capaz de reverter os danos sociais profundos demonstra como a esquerda em geral ainda é dominada pela ausência de perspectivas de rupturas com o capital. Isto significa que se substituiu a transformação radical da ordem, pela sua melhoria, pelo foco míope de combate ao neoliberalismo, que é apenas uma das expressões possíveis do capital, este sim o verdadeiro âmbito do poder.

Entender e apostar no novo perfil jovem da classe trabalhadora, compreender a iminência da devastação ambiental e lutar pela solidariedade das mais diversas pautas populares e minoritárias, são passos essenciais nesse percurso. As batalhas recentes no Chile que jogaram na cova os resquícios da ditadura de Pinochet e suas congêneres políticas neoliberais, levando a uma nova constituição equitativa e social, mostram que tal caminho não é impossível para o Brasil. O mundo precisa voltar a ter esperança de reconhecer a frase marxiana de união das trabalhadoras e trabalhadores do mundo todo.

Artigo recebido em 31.8.2022

Aprovado em 14.10.2022